

HISTÓRIA ORAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA DA FORMAÇÃO E PROFISSÃO DOCENTE EM MATO GROSSO DO SUL

ORAL HISTORY AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE HISTORIOGRAPHY TRAINING AND TEACHING PROFESSION IN MATO GROSSO DO SUL

Gilberto Abreu de Oliveira (UEMS)
gilberto_abreu1@hotmail.com
Ademilson Batista Paes (UEMS)
abpaesbr@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho tem como intuito, problematizar, de forma breve, aspectos a serem trilhados em pesquisa envolvendo o tema “Formação e trajetória de professores no Brasil”, visando contribuir com iniciativas desenvolvidas no âmbito da Pós Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). A premissa, que aqui pretendemos focar, encontra-se ancorada nas contribuições da História Oral (HO) e História Cultural, enquanto aportes teóricos e metodológicos para a construção da história e historiografia da educação brasileira. Nesse prisma, compreendemos que tais possibilidades configuram-se como um campo rico, marcado não só pela existência e utilização de documentos oficiais, como também pelas memórias e práticas cotidianas de educadores, que possibilitam outros olhares para a História, sendo que por meio de entrevistas, nos falam os sujeitos atuantes do processo histórico. Assim, a proposta visa discorrer sobre os relevantes recursos mnemônicos na construção da historiografia da profissão docente no país e em nosso estado.

Palavras-chave: História da Educação. História Oral. Memória. Profissão Docente.

Abstract: The present work as order, problematize, briefly, aspects to be pinched in research involving the theme "Training and trajectory of teachers in Brazil", aiming to contribute to initiatives developed in the context of post-graduate degree from the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS). The premise, that here we focus on, is anchored in the contributions of Oral History (HO) and Cultural History, while dietary intakes theoretical and methodological for the construction of History and historiography of Brazilian education. In this context, we understand that such possibilities are configured as a rich field, marked not only by the existence and use of official documents, and also for the memories and daily practices of educators, which enable other perspectives to the story, and that by means of interviews, we talk the active subjects of historical process. Thus, the proposal aims to discuss the relevant resources mnemonic in the construction of the historiography of the teaching profession in the country and in our state.

Keywords: History of Education. Oral History. Memory. Teaching Profession.

Introdução

No presente ensaio abordamos a questão da formação e profissão docente no país e em especial no caso de Mato Grosso do Sul, como também procuramos ressaltar no espaço exíguo desse texto, as contribuições do aporte teórico-metodológico da História Oral (HO), compreendida por historiadores contemporâneos como vigorosa ferramenta no acesso aos recursos mnemônicos de sujeitos - no caso professores – e trajetórias que

tenham sido significativas no percurso educacional, principalmente no decorrer do século XX.

O tema “Formação e profissão docente” tem sido recorrente nas últimas décadas, principalmente nos debates, publicações e pesquisas que dão indícios do afã de reverter erros e repetir acertos. No aspecto histórico, despontam as contribuições de historiadores da educação, mormente europeus e brasileiros a indicarem que fatores econômicos e políticos não são os únicos determinantes de políticas, normas e práticas no interior dos sistemas educacionais. Acrescentam tais estudiosos, que fatores culturais também dão sua contribuição e determinam o ritmo e as relações, em grande parte, no interior de uma escola.

1 Historia Oral: contribuições

A ênfase que procuramos, aqui, alinhar, encontra-se nas possibilidades teóricas e metodológicas suscitadas por meio da HO para as pesquisas historiográficas, uma vez que tais investigações encontram-se imbricadas com o campo da História Cultural, observando as práticas de sujeitos históricos, muitas vezes deixados à margem dos processos históricos.

Como se sabe, o processo de pesquisa é um trabalho árduo e infinito, cuja organização deve seguir um caminho ou trajeto sempre necessário na seleção de fontes por parte do historiador:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preenchem lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. (CERTEAU, 2002, p. 81)

Os procedimentos de pesquisas acadêmicas levantados pelo autor contribuem para o entendimento de nossa proposta, uma vez que em história o gesto de separar tais documentos é fundamental para se realizar estudos sobre o passado. O estabelecimento de fontes e a utilização destas no processo de escrita requerem do pesquisador um olhar atento e cuidadoso, como já ressaltado por Le Goff (1984), uma vez que o documento não diz tudo que imaginamos. Assim, é justamente no silêncio do documento escrito, que se encontra o espaço para a utilização dos aportes e procedimentos da HO, buscando as vozes de um passado muitas vezes esquecido. Sujeitos históricos que deram suas contribuições, são chamados não como meros coadjuvantes, mas enquanto protagonistas e colaboradores da própria história, revelada por meio de lembranças e flashes mnemônicos.

Os debates sobre a validade de tais propostas na pesquisa histórica são decorrentes de mudança paradigmática cuja gênese remonta ao advento da Escola dos Annales, na década de 1930, que rompeu com as práticas até então vigentes, de uma história dita oficial com uso apenas de documentos oficiais, para uma história-problema com questionamentos e problematização, para além da simples transcrição dos fatos. No decorrer de décadas, os conceitos inaugurados pelos Annales, foram sendo aperfeiçoados – principalmente, após a terceira geração – culminando com o surgimento

da chamada História Cultural, que prioriza não apenas o social ou econômico como determinante nas pesquisas, mas admite a relevância das práticas culturais nas interpretações historiográficas.

Nesse sentido, o texto insere-se no cenário de renovação de uma história dita tradicional para uma que valorize as muitas práticas do cotidiano buscando uma reflexão teórica e um diálogo entre história e memória, por meio da HO. Para tanto é necessário conceber que:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e a reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1999, p. 04).

O trabalho com tais grupos, muitas vezes marginalizadas contribui também na construção de uma história de minorias. O historiador da educação ao realizar o trabalho com entrevistas capta elementos que proporcionará a construção de um discurso histórico em torno de pessoas, uma vez que:

Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. (THOMPSON, 1992, p. 44)

Assim, as relações com a comunidade que se busca dialogar deve ser um sentido duplo de contribuição dialética entre os entrevistados e o pesquisador, uma vez que a preocupação nestes estudos são as memórias dos entrevistados, constantemente marcadas por um processo de permanência e esquecimento, sobre isso ressalta que:

Memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990, p. 423)

Sendo assim, lidar com entrevistas e com a subjetividade que marca as muitas memórias na HO, configura-se uma tarefa instigante, pois se entra em contato com outras vozes da história. Desse modo, se compreende que a HO contribui para dar voz a sujeitos muitas vezes excluídos pela história oficial.

Há nesse debate, presença marcante das questões sobre memória, esta que por sua vez nos é apresentada por meio das narrativas e de experiências dos entrevistados. Tais memórias são de fato narrativas que emergem das lembranças de cada um. Lembrar configura-se como possibilidades de ressignificações dos fatos acontecidos, rememorados:

Aquele que lembra não é mais o que viveu. No seu relato já há reflexão, julgamento, ressignificação do fato rememorado. Ele incorpora não só o

relembrado no plano da memória pessoal, mas também o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada ressignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo. Ou seja, a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por jogo de lembrar e esquecer. (PESAVENTO, 2005, p. 95)

A autora ainda alerta que esse jogo de lembrar e esquecer encontram-se pautados em diálogos mais que frutíferos entre memória e historiografia, possibilitando a reconstrução do passado por meio de memórias pessoais que se interagem com a memória social.

Nas contribuições de Ecléa Bosi, advindas de seu trabalho com lembranças se apontam considerações interessantes para o encaminhamento de nossas discussões, contribuindo com conceitos sobre memória e sociedade, se valendo da experiência e da vivência dos entrevistados:

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significado”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para história. Este é, como se pode super, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. (BOSI, 1994, p. 66-67)

O grupo ao construir e fixar seu ponto de vista para a história coloca muitas vezes as vaidades individuais ou coletivas em detrimento de outro. A HO vai de encontro com esses *universos de discursos e de significados*, priorizando versões de fatos presentes na memória coletiva ou no imaginário popular que escapam aos documentos escritos ou nem estejam ali estabelecidos enquanto práticas do cotidiano.

Nesse sentido a realização de entrevistas, é fator fundamental e essencial, uma vez que a metodologia da HO ganha cada vez mais espaço no meio acadêmico por dar voz aos sujeitos muitas vezes esquecidos no processo histórico e, principalmente do discurso perpetuado pela História Tradicional. Sobre esta metodologia, cabe ressaltar que:

A história oral é concebida como instrumento de apoio, para e em função somente da trama teórica à qual confere mais valor e consideração. Pelo seu caráter subjetivo, os depoimentos orais são considerados em segundo plano e são utilizados na qualidade de ingrediente atrativo, fácil de digerir ou consumir. (ACEVES LOZANO, 2006, p. 23).

A facilidade mencionada acima não é significa que o historiador observara tais entrevistas como verdades, o que é de fato complexo, uma vez que a crítica às fontes é necessária e útil como fundamental nos procedimentos e métodos da pesquisa em história, onde não se pode confiar e crer fielmente no que elas nos trazem, é preciso fazer as escolhas e as leituras históricas cabíveis, necessárias:

O pesquisador deve atenta-se para não confiar inocentemente em tudo o que fora dito, como se este fosse o único regime de verdade, deve se questionar a fonte oral tal como todas as outras. E também não se pode perder de vista, que a entrevista ocorre geralmente, após um determinado tempo daquilo que

fora estabelecido como recorte temporal pelo pesquisador. Sendo, este um ponto que não deve deixar de ser explorado nas pesquisas que utilizam à entrevista oral, sobretudo no trabalho do historiador [...]. (VIEIRA, 2009, p. 05)

Tendo em vista tais posicionamentos aqui apresentados, reiteramos que as relações existentes entre memória e historiografia são de fundamental importância na elucidação desse trabalho, uma vez que a metodologia da história oral proporciona como vimos, o contato com outros sujeitos da história.

Em termos gerais, a execução de entrevistas em HO, se faz necessário a organização de etapas importantes a serem seguidas, desde a elaboração de um projeto de pesquisa, aos roteiros gerais e individuais, estes podem ser flexíveis, não rígidos ou mecanicamente elaborados, há sempre de se valorizar a escuta:

Numa entrevista de história oral, os pesquisadores não precisam ater-se exclusivamente ao roteiro individual: ele deve ser tido como algo flexível, aberto de grande utilidade para a orientação do entrevistador, mas não como único recurso considerado. Evidentemente, isso exige um esforço muito maior do pesquisador durante a entrevista do que se precisasse apenas seguir os lembretes do roteiro, na ordem dada e independente do ritmo do entrevistado. É preciso estar muito mais atento ao que este último fala: é preciso ouvir. (ALBERTI, 2004, P. 95).

Assim, saber ouvir é característica fundamental em pesquisas deste gênero, uma vez que é da fala do entrevistado que surgirão inúmeras questões para a produção de fontes históricas, estas que são válidas não só enquanto documento oficial, mas ainda como um relato de vida, ambos com o mesmo status: fonte histórica. Lembrando Pesavento (2005, p. 97): “[...] uma ideia na cabeça, uma pergunta suspensa nos lábios, o mundo dos arquivos diante dos olhos e das mãos. Nessa medida, tudo pode vir a tornar-se fonte ou documento para História, dependendo da pergunta que seja formulada [...]”. Portanto, a memória pode e deve ser utilizada enquanto fonte para se acessar o passado e a partir dela se estabelecer a construção histórica de objetos e temas, como a formação de professores em nosso estado.

2 Formação docente: apontamentos históricos

O debate sobre as questões relativas ao tema “Educação” tem se avolumado em nosso país. No que tange à formação de professores há uma gama de autores que se propuseram a trabalhar este instigante campo de investigação. Alguns por linhas teóricas mais tradicionalistas, outros mais recentes incorporaram como campo de atuação as contribuições da História Cultural, por compreenderem a importância das práticas, sobretudo, culturais no decorrer do processo histórico.

No caso específico da formação de professores no Brasil é relevante para nosso ensaio, apresentar mesmo que de forma rápida, a produção mais recente de historiadores da educação para que dialogando com tais referenciais possamos elucidar e compreender a problemática da formação docente.

Nota-se em Tanuri (2000), uma breve síntese do processo de formação de professores por meio das escolas normais, consideradas por décadas como o lócus ideal a fornecer os quadros para comporem instituições e sistemas no século XX. Entretanto, para a autora, tais escolas tiveram origem no mundo europeu pós Revolução Francesa, sendo disseminadas naquele continente por todo o século XIX, em países como a

frança, Alemanha, Itália entre outros. Tais instituições passaram a serem modelares também no sistema educacional norte-americano nesse mesmo século, quando por aqui também despontam as primeiras iniciativas e tentames de se instituí-las.

Em termos gerais, sabe-se que as questões referentes à política de formação e profissionalização docente em nosso país, foram regulamentadas na maioria das províncias após a descentralização ocorrida pelo Ato Adicional de 1834, que delegou a responsabilidade de organizar e legislar a instrução pública. A título de exemplo, a criação da primeira Escola Normal na cidade de Niterói capital da Província do Rio de Janeiro, em (1835).

No caso da então província de Mato Grosso, iniciativas também no século XIX ocorreram para a instituição de escola de formação de professores. O estudo de Oliveira (2000) perfazendo um apanhado histórico acerca da criação e funcionamento da Escola Normal aponta que:

No caso da Província de Mato Grosso, a primeira Escola Normal foi instalada em 1840, no governo do presidente Cônego José da Silva Guimarães (1840-1843), porém funcionou por um breve período, sendo desativada no governo do tenente-coronel Ricardo José Gomes Jardim (1844-1847), em 9 de novembro de 1844. Após 30 anos, no governo do Barão Diamantino (1874-1875); foi criado, novamente o curso normal na cidade de Cuiabá, em 9 de julho de 1874, instalado solenemente em 3 de fevereiro de 1875. (OLIVEIRA, 2000, p. 79)

Como fim do Império e advento do regime republicano, constava nos ideais de suas lideranças o aceleramento da instrução dos integrantes dos grupos sociais daquele período, diga-se de passagem, compostos em sua maioria por analfabetos. Ademais também era preciso colocar o país nos trilhos da modernidade, buscando apagar os vestígios de uma sociedade semicolonial. A criação em 1910 da Escola Normal de Cuiabá, no governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa, com auxílios de normalistas paulistas formados na Escola Normal Caetano de Campos e especialmente contratados para colaborar com medidas reformistas, como criação de Grupos Escolares, implantação do método intuitivo:

Com o objetivo de oferecer a infraestrutura necessária, no sentido de propiciar o desenvolvimento do Estado, desencadeando a modernização das cidades e sua urbanização. Vinculou, porém, o alcance desse objetivo à exigência de reformar o sistema escolar, investindo na reorganização da instrução primária e na formação de professores. (OLIVEIRA, 2000, p. 81).

Observando esse discurso de desenvolvimento e ainda de modernização necessária ao estado de Mato Grosso, outros apontamentos se somam às propostas para a formação de professores de então:

A Escola Normal de Cuiabá foi criada através da Lei nº 533 de 4 de julho de 1910 e instalada no dia 1º de fevereiro de 1911. O bom funcionamento dessa instituição significava, naquele momento, a garantia da efetivação do projeto de modernização da educação mato-grossense e, conseqüentemente, da sociedade [...]. (SÁ, 2008, p. 02).

Nota-se que a criação desse espaço de formação de professores veio de encontro com a preocupação em alinhar o estado aos meandros do progresso e garantir um

projeto de modernização do país, para tanto era necessário uma profissionalização do quadro docente que estivesse de fato preparado para atuar no ensino primário e secundário

O estudo referente às normas regulamentares, realizado por Oliveira (2000), contribui no sentido de elucidar algumas questões referentes às políticas de formação docente, nomeação e atuação destes professores normalistas que atuaram na educação do estado. Em contrapartida devemos lembrar também que as normas são interessantes enquanto fontes, mas assim como qualquer documento deve passar pelo crivo de relativização por parte do historiador. Pensar no cotidiano escolar e estudá-lo por meio das normas é tarefa que contribui e muito com os trabalhos do gênero, entretanto pensando na produção de novas fontes, deve-se lembrar que a prática também faz parte deste cotidiano:

É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que entendo aqui por cultura escolar; tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão e a incorporação desses comportamentos. (grifos do autor). (JULIA, 2001, p. 10).

Para compreender o espaço de formação docente como lugar de conflitos ou mesmo de harmonia, deve-se observar que tais conjuntos de normas ou práticas compõem uma gama instigante de reflexões, seja na formação de professores, cotidiano escolar ou ainda na história de disciplinas escolares, uma vez que tais análises necessitam que o pesquisador leve em consideração o corpo profissional que atua de fato neste cenário.

A formação docente passou por essas características no sentido de propor reflexões sobre os próprios caminhos trilhados ao logo do ofício. Se os trabalhos acadêmicos que versam sobre as normas são válidos na pesquisa, pela utilização de fontes documentais de cunho oficial, os trabalhos que visam analisar as práticas são de fato, válidos com mesmo valor que o primeiro.

E como compreender esta prática? Quais fontes utilizar? Os objetos históricos usados em pesquisas educacionais compõem uma amplitude documental que muitas vezes escapa ao escrito e o pesquisador deverá partir a campo. Uma pergunta, um gravador, e uma boa história: o relato de vida dos professores, alunos, funcionários, são considerados como fonte valiosa na medida em que lida com o humano, este que lembra, esquece, narra.

3 Educação em Mato Grosso

Diante do exposto lembramos que para as questões históricas no sul do então estado de Mato Grosso, há de se considerar trabalhos de suma importância, uma vez que dão sua contribuição na construção da Memória e da História da profissão docente, tanto no estado de Mato Grosso como de Mato Grosso do Sul. Uma vez que ambos estados possuem uma intrínseca relação histórica e educacional.

A história oral como metodologia de pesquisa contribui como já ressaltado no sentido de elucidar outros olhares a partir de entrevistas com sujeitos atuantes num determinado momento histórico. A voz dada a tais sujeitos é compreendida como fonte documental após a transcrição e aceitação do entrevistado sobre o que foi gravado. Assim, algumas obras são de fundamental importância neste sentido, pois buscam revelar vozes de educadores que atuaram no sul do estado de Mato Grosso.

Nota-se ainda que a validade do depoimento oral é muitas vezes questionada por historiadores e pesquisadores, que consideram apenas as fontes escritas como testemunhos da história, entretanto a noção de documento que inicia este trabalho possibilita compreender a variedade de fontes, e de testemunhos como válidos na mesma proporção:

A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas alheias a nosso trabalho avaliam a extensão dessas possibilidades. É que continuam a se aferrar a uma ideia obsoleta de nossa ciência: a do tempo em que não se sabia ler senão os testemunhos voluntários. (BLOCH, 2001, p. 79-80).

Assim, a contribuição de Bloch é válida no sentido de compreender as fontes não como verdade inquestionável dos fatos do passado, mas compreendê-lo como produto de um tempo vivido, que ora apresenta-se como recurso para empreender análises historiográficas. Tal ideia de testemunhos voluntários remete a uma concepção onde apenas documentos escritos oficiais seriam fontes históricas. Reconhecemos a importância de tais escritos, porém, entendemos ainda que as entrevistas são ferramentas que surgem para contribuir e enriquecer as pesquisas.

No que tange à memória de educadores no espaço do então estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, despontam as primeiras contribuições desse teor. Nesse sentido, Rosa (1990) gravou depoimentos de professores que tiveram atuação significativa em instituições escolares, sendo coletados pela pesquisadora nos anos finais da década de 1980 e início da década de 1990. Em suas observações dos relatos, apresenta considerações que contribuem de maneira fundamental na compreensão das nomeações de normalistas em um eferescente cenário político:

Todas as nomeações dependem de influencias políticas, de amizade. Não existe qualquer critério de valoração da competência. Quando muda a política, os professores da oposição perdem seus cargos de comissão ou são demitidos. Certos diretores delatam professores e funcionários, enviam listas de ‘suspeitos’ ao diretório do partido da situação. UDN e PSD revesam-se no poder, o que determina de quatro em quatro anos subidas e derrubadas de professores de seus cargos e ocasiona clima de permanente instabilidade. Por falta de mercado de trabalho, professores de Cuiabá enfrentam viagens difíceis, para lecionar em cidades do Sul. A influencia política reserva-lhes bons lugares em Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Três Lagoas, Coxim, cujo ensino deixam marcado por sua presença corajosa [...]. (ROSA, 1990, p. 229).

Tais considerações revelam raízes de momentos históricos que marcaram gerações, seja pelo coronelismo, que com suas influências validava a competência dos educadores, seja pelos desmandos políticos que as autoridades tinham diante do poder. Essas marcas estão presentes nos depoimentos e na trajetória de vida desses

profissionais, que enfrentavam riscos não só riscos de vida nas longas viagens, mas também um risco político-administrativo na perda ou ganho de cargos e empregos.

Outro trabalho recente com professores e alunos mato-grossenses, organizado pelos pesquisadores que utilizam do mesmo recurso metodológico da HO é a obra de organização dos pesquisadores Gonçalves; Sá; Siqueira; (2007, p. 9) sendo esse trabalho resultado de discussões e estudos promovidos pelo Grupo de Pesquisa Educação e Memória (GEM), ligado à Faculdade de Educação (FE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), buscando nesta produção, recuperar e promover o registro das memórias de educadores e ex-alunos que compartilharam e vivenciaram o cotidiano das práticas educacionais da primeira metade do século XX.

Sem sombra de dúvida que a atividade encetada, evidencia o esforço dos estudiosos em preservar os relatos de experiências desses educadores que atuaram no cenário mato-grossense entre os anos de 1920 e 1950, com vistas a compreender por meio das entrevistas o processo educacional na primeira República, objetivando a produção de novos documentos, novas fontes:

Perceberam que a documentação escrita, até então levantada e trabalhada, não era suficiente para recuperar e compreender de forma clara esse processo, visto que ela apontava, majoritariamente, para uma linha político-administrativa. Necessário se fazia, então, investir nas indagações sobre os “silêncios” oferecidos pela documentação manuscrita e tipográfica, para o que a História Oral se apresentou como saída indicada. (GONÇALVES; SÁ E SIQUEIRA, 2007, p. 09).

Os pesquisadores ressaltam que a experiência da história oral ofereceu ganhos tanto aos entrevistadores, que puderam entrar em contato com uma perspectiva ampla da história, no que tange a produção de novas fontes, e ainda aos entrevistados, estes que por sua vez foi dada a oportunidade de socializar um saber acumulado pela experiência que carregam.

Neste sentido, cabe reiterar que a atuação de pesquisadores que voltam seus esforços para a historiografia da educação em Mato Grosso, fomenta contribuições mais que válidas no processo da pesquisa e da escrita, uma vez que considerando a escassez de organização, alguns destes estudiosos debruçaram-se e sobre arquivos (particulares e públicos), visando uma organização de tais documentações, com vistas a produção desta historiografia. Estes pesquisadores atuaram e alguns ainda atuam de forma instigante vislumbrando inúmeras possibilidades de pesquisas neste campo. Alguns buscam compreender o processo de formação docente, por meio de documentos oficiais, outros contribuem com a coleta de entrevistas. Cada pesquisador, motivado por seu aporte teórico, auxilia nossa proposta, uma vez que tanto o trabalho de levantamento de fontes escritas como orais são de suma importância na construção da historiografia da educação do sul de Mato Grosso.

Sendo assim, entendemos como fundamentais os trabalhos que possibilitam tanto análises de documentos escritos bem como de fontes orais, uma vez que possibilitam uma contribuição interessante e diálogos mais que pertinentes, ao passo que compreender a historiografia da educação no sul de Mato Grosso, é instigante e ainda desafiador. Entretanto há ainda, lacunas abertas. Os trabalhos existentes, talvez pela escassez de fontes primárias, ou ainda pelos limites impostos dos métodos da história oral, configuram-se como estudos válidos, porém insuficientes para compreensão da longa duração existente no processo de formação da educação em Mato Grosso e Mato

Grosso do Sul, nossa contribuição não vem para suprir tais lacunas, mas visamos oferecer uma parcela de contribuição para os muitos fatos da educação no estado que doravante são por meio de suas práticas e representações, fatos históricos.

Considerações finais

O historiador francês Certeau (2002, p.65) apresenta-nos logo no início de um capítulo de seu trabalho a seguinte questão: “*O que fabrica o historiador quando ‘faz história’? Para quem trabalha? Que Produz?*”, tais questões auxiliam nas reflexões desta pesquisa, afinal, qual a função do historiador e de suas pesquisas? Tais questionamentos cumprem o papel fundamental de provocar no pesquisador a vontade de ir além: pesquisar e escrever mais, refletindo criticamente sobre a sociedade com a qual dialoga, onde o patoá do pesquisador representará sua relação com o lugar social. Assim, este trabalho teve como objetivo apresentar alguns breves aspectos sobre História Oral e Memória na construção de um discurso histórico que priorize não apenas os documentos oficiais, mas volte seu olhar para as práticas do cotidiano. Práticas estas, ligadas muitas vezes às questões culturais da sociedade. Neste sentido, as entrevistas contribuem na formulação de um discurso histórico sobre determinados temas, no nosso caso, sobre as normalistas em Mato Grosso.

Por fim, reiteramos que o presente ensaio é fruto das discussões iniciais e configura-se como um desmembramento de pesquisa de âmbito mais aprofundado, com intuito de contribuir na produção da historiografia da educação no Sul de Mato Grosso, investigando, sobretudo, a vida, a formação e a trajetória de normalistas no estado, buscando compreender a atuação de tais normalistas enquanto sujeitos históricos.

Referências

- ACEVES LOZANO, Jorge Eduardo. Prática e estudos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, **Instantes & Memória na História da Educação**. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.
- JULIÁ, Dominique. a cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP: Editora Autores Associados. n.º1. 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP. 1990
- _____. Documento/monumento. In: **Memória e História**. Enciclopedia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. P. 95-106.
- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Política de profissionalização docente no estado de Mato Grosso: a trajetória de formação de professor primário no sul do estado (1910-1950). IN: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira;
- MENDONÇAS, Ana Waleska Pollo Campos (Org.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 79-107.

- OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Política de profissionalização docente no estado de Mato Grosso: a trajetória de formação de professor primário no sul do estado (1910-1950). IN: SIMÕES, Regina Helena Silva; CORREA, Rosa Lydia Teixeira; MENDONÇAS, Ana Waleska Pollo Campos (Org.). **História da profissão docente no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 79-107.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2005
- POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992.
- _____. Memória, esquecimento e silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Vol. 2, nº 3, 1999.
- ROSA, Maria da Glória Sá. **Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul**: histórias de vida. Campo Grande: UFMS, 1990.
- SÁ, Figueiredo Elizabeth. **A formação de professores em Mato Grosso**. Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação (O ensino e a pesquisa em história da educação). Aracaju (SE), 2008. Disponível em:
<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/7.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2012.
- SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; REIS, Rosinete Maria (org.) TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Maio/Jun./Jul./Ago., 2000, n. 14. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_06_LEONOR_MARIA_TANURI.pdf> Acesso em: 20 jul. 2012.
- THOMPSON, P. **A voz do passado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VIEIRA, Tiago de Jesus. Impossibilidades ou irresponsabilidades da História Oral? In. **Revista Visão Universitária**. N. 23 e 24. Ano X, 2009. 1-9.